

COMANDO DA 1 REGIAO MILITAR/RJ

Termo de Referência 35/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
35/2026	160298-COMANDO DA 1 REGIAO MILITAR/RJ	ANANIAS AUGUSTO DE ANDRADE	13/05/2026 09:56 (v 0.8)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		64279.004971/2026-99

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 13 kg. CTF: transporte de cargas perigosas e 18-6: comércio de combustíveis e derivados de petróleo	461517	Und	3.506	R\$ 119,99	R\$ 420.684,94
2	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 20 kg. CTF: transporte de cargas perigosas e 18-6: comércio de combustíveis e derivados de petróleo	468617	Und	541	R\$ 219,99	R\$ 119.014,59

3	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 45 kg. CTF: transporte de cargas perigosas e 18-6: comércio de combustíveis e derivados de petróleo	461515	Und	18.721	R\$ 467,97	R\$ 8.760.866,37
---	---	--------	-----	--------	------------	------------------

1.1.1 Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

Órgão Gerenciador : Comando da 1ª Região Militar					
Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	Gás Liquefeito de Petróleo	UND	1	701	701

	(GLP) envasado em cilindros de 13 kg				
2	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 20 kg	UND	1	108	108
3	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 45 kg	UND	1	3.744	3.744

Órgão Participante: Centro de Instrução de Operações Especiais					
Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 13 kg	UND	1	50	50
2	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 20 kg	UND	0	0	0
3	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 45 kg	UND	1	170	170
Órgão Participante: Centro de Avaliação do Exército					
Item		UNIDADE	REQUISIÇÃO	REQUISIÇÃO	Quantidade

	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	DE MEDIDA	MÍNIMA	Máxima	total
1	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 13 kg	UND	1	10	10
2	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 20 kg	UND	0	0	0
3	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 45 kg	UND	1	190	190

Órgão Participante: Base de Apoio Logístico do Exército

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 13 kg	UND	1	5	5
2	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 20 kg	UND	0	0	0
3	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 45 kg	UND	1	180	180

Órgão Participante: Comando da Artilharia Divisionária da 1ª Divisão do Exército					
Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 13 kg	UND	1	160	160
2	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 20 kg	UND	1	30	30
3	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 45 kg	UND	1	450	450
Órgão Participante: Policlínica Militar de Niterói					
Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 13 kg	UND	1	10	10
2	Gás Liquefeito				

	de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 20 kg	UND	1	10	10
3	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 45 kg	UND	1	140	140

Órgão Participante: Batalhão Escola de Comunicações

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 13 kg	UND	1	5	5
2	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 20 kg	UND	1	5	5
3	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 45 kg	UND	1	250	250

Órgão Participante: 1º Batalhão de Engenharia de Combate (Escola)

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
------	---------------------	------------	-------------------	-------------------	------------------

		MEDIDA			
1	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 13 kg	UND	1	50	50
2	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 20 kg	UND	0	0	0
3	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 45 kg	UND	1	435	435

Órgão Participante: 1ºBatalhão de Guardas

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 13 kg	UND	1	40	40
2	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 20 kg	UND	1	60	60
3	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 45 kg	UND	1	80	80

Órgão Participante: 1º Batalhão de Infantaria Motorizada (Escola)					
Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 13 kg	UND	1	250	250
2	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 20 kg	UND	1	177	177
3	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 45 kg	UND	1	300	300
Órgão Participante: 1º Batalhão de Polícia do Exército					
Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 13 kg	UND	1	40	40
2	Gás Liquefeito de Petróleo	UND	0	0	0

	(GLP) envasado em cilindros de 20 kg				
3	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 45 kg	UND	1	420	420

Órgão Participante: 1º Grupo de Artilharia Antiaérea

Item	DESCRIÇÃO/ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 13 kg	UND	1	50	50
2	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 20 kg	UND	1	20	20
3	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 45 kg	UND	1	360	360

Órgão Participante: 11º Grupo de Artilharia de Campanha

Item	DESCRIÇÃO/ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1					

	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 13 kg	UND	1	30	30
2	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 20 kg	UND	1	1	1
3	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 45 kg	UND	1	400	400

Órgão Participante: 15º Regimento de Cavalaria Mecanizada (Escola)

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 13 kg	UND	1	60	60
2	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 20 kg	UND	1	60	60
3	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 45 kg	UND	1	250	250

Órgão Participante: 2º Batalhão de Infantaria Motorizada (Escola)

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 13 kg	UND	1	200	200
2	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 20 kg	UND	0	0	0
3	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 45 kg	UND	1	400	400

Órgão Participante: 2º Regimento de Cavalaria de Guarda

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 13 kg	UND	1	100	100
2	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 20 kg	UND	0	0	0
3	Gás Liquefeito				

	de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 45 kg	UND	1	400	400
--	--	-----	---	-----	-----

Órgão Participante: 21º Grupo de Artilharia de Campanha

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 13 kg	UND	1	1	0
2	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 20 kg	UND	0	0	0
3	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 45 kg	UND	1	330	330

Órgão Participante: 25º Batalhão Logístico (Escola)

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado	UND	1	20	20

	em cilindros de 13 kg				
2	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 20 kg	UND	0	0	0
3	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 45 kg	UND	1	260	260

Órgão Participante: 31º Grupo de Artilharia de Campanha

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 13 kg	UND	1	40	40
2	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 20 kg	UND	0	0	0
3	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 45 kg	UND	1	400	400

Órgão Participadora : 5º Diretoria de Serviço Geográfico

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total

1	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 13 kg	UND	1	5	5
2	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 20 kg	UND	0	0	0
3	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 45 kg	UND	1	5	5

Órgão Participante: 57º Batalhão de Infantaria Motorizada (Escola)

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 13 kg	UND	1	300	300
2	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 20 kg	UND	0	0	0
3	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 45 kg	UND	1	350	350

Órgão Participante: Campo de Instrução Gericinó

Item		UNIDADE	REQUISIÇÃO	REQUISIÇÃO	Quantidade
------	--	---------	------------	------------	------------

	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	DE MEDIDA	MÍNIMA	Máxima	total
1	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 13 kg	UND	1	130	130
2	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 20 kg	UND	0	0	0
3	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 45 kg	UND	1	170	170

Órgão Participante: Centro de Estudos de Pessoal

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISICÃO MÍNIMA	REQUISICÃO Máxima	Quantidade total
1	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 13 kg	UND	1	30	30
2	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 20 kg	UND	0	0	0
3	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 45 kg	UND	1	170	170

Órgão Participante: Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Rio de Janeiro					
Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 13 kg	UND	1	100	100
2	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 20 kg	UND	0	0	0
3	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 45 kg	UND	1	400	400
Órgão Participante: 2º Centro Tecnológico do Exército					
Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 13 kg	UND	0	0	0
2	Gás Liquefeito				

	de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 20 kg	UND	0	0	0
3	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 45 kg	UND	1	240	240

Órgão Participante: Comando da 9ª Brigada de Infantaria Motorizada- GuES

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 13 kg	UND	1	36	36
2	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 20 kg	UND	0	0	0
3	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 45 kg	UND	1	350	350

Órgão Participante: Comando da Brigada de Infantaria Paraquedista

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
------	---------------------	-------------------	-------------------	-------------------	------------------

1	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 13 kg	UND	1	342	342
2	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 20 kg	UND	1	40	40
3	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 45 kg	UND	1	2750	2750

Órgão Participante: Comando da 1ª Divisão do Exército

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 13 kg	UND	1	25	25
2	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 20 kg	UND	0	0	0
3	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 45 kg	UND	1	318	318

Órgão Participante: Centro General Ernani Ayrosa					
Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 13 kg	UND	1	20	20
2	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 20 kg	UND	0	0	0
3	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 45 kg	UND	1	336	336

Órgão Participante: Base de Administração e Apoio da ª Região Militar					
Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 13 kg	UND	0	0	0
2	Gás Liquefeito de Petróleo	UND	0	0	0

	(GLP) envasado em cilindros de 20 kg				
3	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 45 kg	UND	1	40	40

Órgão Participante: Batalhão de Manutenção e Suprimento de Armamento

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 13 kg	UND	1	72	72
2	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 20 kg	UND	0	0	0
3	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 45 kg	UND	1	198	198

Órgão Participante: 1º Depósito de Suprimento

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1					

	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 13 kg	UND	1	50	50
2	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 20 kg	UND	1	5	5
3	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 45 kg	UND	1	180	180

Órgão Participante: Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 13 kg	UND	1	50	50
2	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 20 kg	UND	0	0	0
3	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 45 kg	UND	1	1000	1000

Órgão Participante: Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 13 kg	UND	1	24	24
2	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 20 kg	UND	0	0	0
3	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 45 kg	UND	1	219	219

Órgão Participante: Escola de Comando e Estado Maior

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 13 kg	UND	1	6	6
2	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 20 kg	UND	0	0	0
3	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 45 kg	UND	1	6	6

Órgão Participante: Centro de Capacitação Física do Exército

--	--	--	--	--	--

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 13 kg	UND	0	0	0
2	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 20 kg	UND	0	0	0
3	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 45 kg	UND	1	300	300

Órgão Participante: Escola de Instrução Especializada

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 13 kg	UND	1	4	4
2	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 20 kg	UND	0	0	0
3	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado	UND	1	480	480

	em cilindros de 45 kg				
--	-----------------------	--	--	--	--

Órgão Participante: Escola de Sargento de Logística

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 13 kg	UND	1	220	220
2	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 20 kg	UND	0	0	0
3	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 45 kg	UND	1	550	550

Órgão Participante: Estabelecimento Central de Transporte

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 13 kg	UND	0	0	0

2	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 20 kg	UND	0	0	0
3	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 45 kg	UND	1	100	100

Órgão Participante: Hospital Central do Exército

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 13 kg	UND	1	90	90
2	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 20 kg	UND	0	0	0
3	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 45 kg	UND	1	600	600

Órgão Participante: Hospital Geral do Rio de Janeiro

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
------	---------------------	------------	-------------------	-------------------	------------------

		MEDIDA			
1	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 13 kg	UND	0	0	0
2	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 20 kg	UND	0	0	0
3	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 45 kg	UND	1	130	130

Órgão Participante: Instituto de Biologia do Exército

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 13 kg	UND	1	5	5
2	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 20 kg	UND	0	0	0
3	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 45 kg	UND	1	130	130

Órgão Participante: Instituto Militar de Engenharia					
Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 13 kg	UND	1	25	25
2	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 20 kg	UND	1	25	25
3	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 45 kg	UND	0	0	0
Órgão Participante: Batalhão Central de Manutenção de Suprimento					
Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 13 kg	UND	1	50	50
2	Gás Liquefeito de Petróleo				

	(GLP) envasado em cilindros de 20 kg	UND	0	0	0
3	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 45 kg	UND	1	300	300

Órgão Participante: Museu Histórico do Exército - Forte de Copacabana

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 13 kg	UND	1	100	100
2	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 20 kg	UND	1	0	0
3	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 45 kg	UND	1	240	240

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 120 (cento e vinte dias) contados da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. Os botijões, vasilhames e central predial de GLP serão cedidos, gratuitamente, sob o regime de comodato, para fins de utilização do produto pelos Órgãos Participante, de acordo com as quantidades estimadas no item 1.1.1 do Termo de Referência.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. Os botijões, vasilhames e central predial de GLP serão cedidos gratuitamente sob regime de comodato, para fins de utilização do produto pelos Órgãos Participantes, totalizando 239 botijões GLP de 13 kg, 04 botijões de 20 kg e 918 botijões de 45 kg, de acordo com as quantidades abaixo especificadas:

OM	Tipo de Botijão	Quantidade (Und)
Centro de Instrução de Operações Especiais	13 Kg	13
	20 Kg	0
	45 Kg	16
Centro de Avaliação do Exército	13 Kg	6
	20 Kg	0
	45 Kg	25
Base de Apoio logístico do Exército	13 Kg	2
	20 Kg	0
	45 Kg	15
Comando da Artilharia Divisionária da 1ª Divisão do Exército	13 Kg	7
	20 Kg	0
	45 Kg	22
Policlínica Militar de Niterói	13 Kg	1
	20 Kg	0
	45 Kg	4

Batalhão Escola de Comunicações	13 Kg	1
	20 Kg	0
	45 Kg	30
1º Batalhão de Engenharia de Combate (Es)	13 Kg	8
	20 Kg	0
	45 Kg	28
1º Batalhão de Guarda	13 Kg	0
	20 Kg	0
	45 Kg	28
1º Batalhão de Infantaria Motorizada (Escola)	13 Kg	7
	20 Kg	0
	45 Kg	26
1º Batalhão de Polícia do Exército	13 Kg	0
	20 Kg	0
	45 Kg	20
1º Grupo de Artilharia Antiaérea	13 Kg	10
	20 Kg	0
	45 Kg	10
11º Grupo de Artilharia de Campanha	13 Kg	10
	20 Kg	0

	45 Kg	12
15º Regimento de Cavalaria Mecanizada	13 Kg	7
	20 Kg	0
	45 Kg	18
2º Batalhão de Infantaria Motorizada (Escola)	13 Kg	5
	20 Kg	0
	45 Kg	24
2º Regimento de Cavalaria de Guarda	13 Kg	5
	20 Kg	0
	45 Kg	25
21º Grupo de Artilharia de Campanha	13 Kg	0
	20 Kg	0
	45 Kg	18
25º Batalhão Logístico (Escola)	13 Kg	5
	20 Kg	0
	45 Kg	20
31º Grupo de Artilharia de Campanha	13 Kg	4
	20 Kg	0
	45 Kg	38
	13 Kg	15

5º Centro de Geoinformação	20 Kg	0
	45 Kg	0
57º Batalhão de Infantaria Motorizada (Escola)	13 Kg	23
	20 Kg	0
	45 Kg	22
Centro de Instrução do Gericinó	13 Kg	3
	20 Kg	0
	45 Kg	7
Centro de Estudos de Pessoal	13 Kg	0
	20 Kg	0
	45 Kg	22
Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Rio de Janeiro	13 Kg	10
	20 Kg	0
	45 Kg	20
Centro Tecnológico do Exército	13 Kg	0
	20 Kg	0
	45 Kg	40
Comando 9ª Brigada de Infantaria Motorizada	13 Kg	14
	20 Kg	0
	45 Kg	36

Comando da Brigada de Infantaria Paraquedista	13 Kg	0
	20 Kg	0
	45 Kg	22
Comando 1ª Divisão do Exército	13 Kg	16
	20 Kg	0
	45 Kg	32
Centro General Ernani Ayrosa	13 Kg	3
	20 Kg	0
	45 Kg	56
Base de Administração de Apoio da 1ª Região Militar	13 Kg	0
	20 Kg	4
	45 Kg	4
Batalhão de Manutenção e Suprimento de Armamento	13 Kg	8
	20 Kg	0
	45 Kg	17
1º Depósito de Suprimento	13 Kg	8
	20 Kg	0
	45 Kg	20
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais	13 Kg	25
	20 Kg	0

	45 Kg	30
Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea	13 Kg	5
	20 Kg	0
	45 Kg	16
Centro de Capacitação Física do Exército	13 Kg	0
	20 Kg	0
	45 Kg	10
Escola de Instrução Especializada	13 Kg	3
	20 Kg	0
	45 Kg	24
Escola de Sargento de Logística	13 Kg	3
	20 Kg	0
	45 Kg	36
Estabelecimento Central de Transporte	13 Kg	0
	20 Kg	0
	45 Kg	8
Hospital Central do Exército	13 Kg	0
	20 Kg	0
	45 Kg	26
	13 Kg	4

Hospital Geral do Rio de Janeiro	20 Kg	0
	45 Kg	36
Instituto de Biologia do Exército	13 Kg	0
	20 Kg	0
	45 Kg	14
Batalhão Central de Manutenção de Suprimento	13 Kg	0
	20 Kg	0
	45 Kg	0
Museu Histórico do Exército/ Forte de Copacabana	13 Kg	4
	20 Kg	0
	45 K	17

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:
- I) ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000139/2026;
 - II) Data de publicação no PNCP: 08/05/2025;
 - III) Id do item no PCA: 50;
 - IV) Classe/Grupo: 9999 - ITENS DIVERSOS;
 - V) Identificador da Futura Contratação: 160298-9/2026;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (8a edição, outubro/2025):

4.2. O licitante deverá cumprir os Critérios de Sustentabilidade Ambiental, conforme abaixo:

4.2.1. Para os itens desta contratação, que se enquadram no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23/08/2021, o licitante deverá apresentar o **Certificado de Regularidade (CR) do fabricante/indústria/comércio varejista ou atacadista no Cadastro Técnico Federal (CTF) de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais**, conforme categoria descrita em cada item constante no Termo de Referência (Anexo I).

4.2.2. O produto ofertado pelo licitante deverá estar com o Certificado de Regularidade (CR) do Fabricante/Indústria/comerciante varejista ou atacadista do produto ofertado no **Cadastro Técnico Federal (CTF) válido e compatível com o código da categoria pertinente ao item ofertado**, sob pena de desclassificação.

4.2.3. A validação da autenticidade, validade e compatibilidade com o enquadramento na categoria pertinente será efetuada pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio por meio da consulta pública ao Certificado de Regularidade (CR) disponível no link: https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/certificado_regularidade.php.

4.3. Caso o Fabricante/Indústria seja dispensado dos registros acima relacionados sobre os Critérios de Sustentabilidade Ambiental, por força de dispositivo legal, deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob a pena ter sua proposta desclassificada.

Subcontratação

4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.6. Na presente licitação, não será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

Da Retirada dos Vasilhames e da Dinâmica de Distribuição

5.1. Na hipótese de os vasilhames existentes nas Organizações Militares (OM) pertencerem à Administração, a CONTRATADA deverá, no ato da primeira entrega, realizar a substituição dos vasilhames, aceitando em troca botijões e/ou cilindros de outras distribuidoras, em conformidade com as normas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), ou fornecer vasilhames próprios em regime de comodato, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

5.1.1. Na hipótese de os vasilhames atualmente existentes nas OM pertencerem à empresa anteriormente contratada ou a terceiros, caberá à respectiva proprietária a sua retirada, devendo a CONTRATADA disponibilizar vasilhames próprios, em regime de comodato, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, durante toda a vigência contratual.

5.2. A Administração Militar notificará a empresa antecessora para que realize a retirada de seus vasilhames remanescentes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do encerramento do respectivo contrato, de forma a facilitar a transição e a desmobilização, em conformidade com o princípio da execução fiel do contrato, previsto no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

5.3. A transição entre a empresa atual e a nova CONTRATADA será realizada de forma gradual e coordenada pelo fiscal do contrato, garantindo a continuidade ininterrupta do fornecimento de GLP, em consonância com as diretrizes do BT 30.410-01, que estabelece a manutenção do suporte logístico de subsistência.

Da Dinâmica de Distribuição e dos Prazos de Entrega

5.4. O fornecimento de GLP será realizado mediante emissão de Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, podendo a primeira substituir o termo de contrato para fins de agilidade administrativa, conforme previsto no art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

5.5. Os prazos para entrega do objeto observarão as seguintes condições:

Parcela	Composição da parcela	Prazo de entrega
1ª	Primeira entrega de GLP com substituição inicial dos vasilhames necessários ao funcionamento do sistema	Até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato ou recebimento da Ordem de Fornecimento
Demais entregas	Reposição de GLP conforme solicitação da OM	Até 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação formal

5.6. O recebimento do objeto será realizado pelo fiscal do contrato ou por comissão designada, que deverá verificar no ato da entrega:

- o peso líquido do produto;
- a integridade dos lacres de segurança;
- a conformidade dos vasilhames;
- a validade do teste hidrostático dos cilindros.

5.7. A verificação deverá observar o disposto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis ao fornecimento de GLP.

5.8. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.9. Os bens deverão ser entregues nos seguinte endereços:

Órgão Gerenciador

Comando da 1ª Região Militar (160298)

Praça Duque de Caxias, nº 25 – Centro – Rio de Janeiro – RJ.

Órgãos Participantes

1	Centro de Instrução de Operações Especiais Avenida do Forte, S/NR – Piratininga – Niterói – RJ
2	Centro de Avaliações do Exército Barra de Guaratiba, s/nº - Rio de Janeiro – RJ
3	Base de Apoio Logístico do Exército Av. Brasil, nº 25.540, Deodoro - Rio de Janeiro – RJ
4	Comando da Artilharia Divisionária da 1a Divisão de Exército Estrada General Eurico Gaspar Dutra, s /nº- Jurujuba - Niterói – RJ
5	Policlínica Militar de Niterói Praça do Expedicionário, nº 25 - Niterói – RJ
6	Batalhão Escola de Comunicações Av. Duque de Caxias, s/nº - Deodoro – Rio de Janeiro – RJ
7	1º Batalhão de Engenharia de Combate (Escola) Praça Ruão, 135 – Santa Cruz – RJ
8	1º Batalhão de Guardas Avenida Pedro II, 158 – São Cristóvão – RJ
9	1º Batalhão de Infantaria Motorizado (Escola) Av. Duque de Caxias, 1.672 – Deodoro – RJ
10	1º Batalhão de Polícia do Exército Rua Barão de Mesquita, 425 – Andaraí – RJ

11	1º Grupo de Artilharia Antiaérea Av. Benedito da Silveira, s/nº - Deodoro – Rio de Janeiro – RJ
12	11º Grupo de Artilharia de Campanha Av. Duque de Caxias, nº 806 – Vila Militar – Rio de Janeiro – RJ
13	15º Regimento de Cavalaria Mecanizado (Escola) Av. Duque de Caxias, nº 2.486 – Vila Militar – Rio de Janeiro – RJ
14	2º Batalhão de Infantaria Motorizado (Escola) Av. Duque de Caxias, 1.410 – Deodoro – RJ
15	2º Regimento de Cavalaria de Guarda Av. Duque de Caxias, nº 2.660 – Vila Militar – Rio de Janeiro – RJ
16	21º Grupo de Artilharia de Campanha Rua General Eurico Gaspar Dutra, s/nº - Juruiuba – Niterói – RJ
17	25º Batalhão Logístico (Escola) Rua Salustiano Silva, s/nº - Magalhães Bastos – Rio de Janeiro – RJ
18	31º Grupo de Artilharia de Campanha (Escola) Rua São Sebastião, s/nº - Deodoro – Rio de Janeiro – RJ
19	57º Batalhão de Infantaria Motorizado (Escola) Av. Duque de Caxias, 1.136 – Vila Militar – Rio de Janeiro – RJ
20	Campo de Instrução de Gericinó Estrada São Pedro de Alcântara, 2856 – Vila Militar – Rio de Janeiro – RJ
21	Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias Praça Almirante Júlio Noronha, s/nº - Leme – Rio de Janeiro – RJ
22	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Rio de Janeiro Av Brasil, 5.292 – Bonsucesso – Rio de Janeiro – RJ
23	Centro Tecnológico do Exército

	Avenida das Américas, nº 28.785 – Guaratiba – RJ
24	Comando do Grupamento de Unidades Escola / 9a Brigada de Infantaria Motorizada Rua Bernardo de Vasconcelos, nº 1.090 – Realengo – Rio de Janeiro – RJ
25	Comando da Brigada de Infantaria Paraquedista Av. Benedito da Silveira, s/nº - Vila Militar – Rio de Janeiro – RJ
26	Comando da 1a Divisão de Exército Av. Duque de Caxias, nº 1.965 – Vila Militar – Rio de Janeiro – RJ
27	Centro General Ernani Ayrosa Estrada Jerônimo Ferreira Alves, nº 1.701 – Itaipava/Petrópolis – Rio de Janeiro – RJ
28	Base de Administração e Apoio da 1a Região Militar Praça Duque de Caxias, no 25 – Palácio Duque de Caxias – Centro – RJ
29	Batalhão de Manutenção e Suprimento de Armamento Av. Duque de Caxias, nº 665 – Vila Militar – Rio de Janeiro – RJ
30	1º Depósito de Suprimento Rua Doutor Garnier, nº 390 – Triagem – Rio de Janeiro – RJ
31	Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais Av. Duque de Caxias, nº 2.071 – Vila Militar – Rio de Janeiro – RJ
32	Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea Av. General Benedito da Silveira, 701 - Deodoro - Rio de Janeiro
33	Centro de Capacitação Física do Exército e Fortaleza de São João Fortaleza de São João, s/nº - Urca – Rio de Janeiro – RJ;
34	Escola de Instrução Especializada Rua Marechal Abreu Lima, nº 450 – Realengo – Rio de Janeiro – RJ
35	Escola de Sargentos de Logística Rua João Vicente, s/nº - Deodoro – Rio de Janeiro – RJ

36	Estabelecimento Central de Transporte Rua Monsenhor Manoel Gomes, no 585 – São Cristóvão – Rio de Janeiro – RJ
37	Hospital da Central do Exército R. Francisco Manuel, 126 - Benfica, Rio de Janeiro – RJ
38	Hospital da Geral do Rio de Janeiro Av. Duque de Caxias, nº 2.229 – Vila Militar – Rio de Janeiro – RJ
39	Instituto de Biologia do Exército Rua Francisco Manuel, 102 , Triagem - Rio de Janeiro – RJ
40	Instituto Militar de Engenharia Praça General Tibúrcio, nº 80, Urca – Rio de Janeiro - RJ
41	Batalhão Central de Manutenção e Suprimento Estrada São Pedro de Alcântara, 3.506 – Magalhães Bastos – RJ
42	Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana Praça Coronel Eugênio Franco, nº 1, Posto 6 - Copacabana - Rio de Janeiro –RJ

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.10. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá

informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução

contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10 (dez)** dias.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **10% (dez por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **15% (quinze por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **15% (quinze por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro

Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 01 (um) dia, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 01 (um) dia útil, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 01 (um) dia útil.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1. o prazo de validade;
- 8.12.2. a data da emissão;
- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA /IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

- 8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.
- 8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

- 8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
- 8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

- 8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

- 8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 10/04/2026.
- 8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta[A1]

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1 Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

- 9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.

9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.30. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.30.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.30.1.1. Apresentar Atestado de Capacidade Técnica que comprove o fornecimento de gás liquefeito de petróleo (GLP), envazado em botijões, no prazo de 12 (doze) meses, de no mínimo 20% (vinte) por cento, em relação a quantidade estabelecida no item 1.1 do Termo de Referência.

9.30.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.30.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.30.4. Indicação do local e instalações dedicadas a sua atividade e ao depósito dos produtos a serem fornecidos, acompanhada de cópia do respectivo Alvará de Funcionamento;

9.30.5. Declaração de Ciência quanto a qualificação do motorista em curso MOPP ou similar – Anexo VIII do Edital;

9.30.6. Comprovante de realização da Visita de Vistoria Técnica nos Órgãos Participantes, nos termos do item 9 do Termo de Referência. A comprovação será realizada mediante apresentação dos Atestados de Vistoria Técnica

(Anexo V) recebidos nos respectivos órgãos participantes OU a apresentação da Declaração quanto a não realização da Visita de Vistoria Técnica nos Órgãos Participantes, nos termos do item 09 do Termo de Referência e modelo de Declaração (Anexo VI).

9.30.7. Prova de atendimento aos requisitos relativos a armazenamento mínimo de CLASSE V, previstos no art. 3º da Lei nº 4.945, de 20 de dezembro de 2006 do Rio de Janeiro.

9.30.8. A Empresa deverá apresentar a Licença Ambiental da Atividade de Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos no Âmbito do Estado do Rio de Janeiro, emitida pelo INEA, conforme a Resolução INEA nº 105, de 07 de janeiro de 2015.

9.30.9. Laudo de exigências e o certificado de aprovação do Corpo de Bombeiros (exclusivo para fornecimento dos itens referentes ao GLP), conforme § 2º, art. 1º, do Decreto nº 42, de 17 de dezembro de 2018 e Nota DGST 135 /2018 e suas retificações emitidas pelo CBMERJ.

9.30.10. Os documentos relacionados a Qualificação Técnica deverão estar acompanhados de todas as alterações ou consolidações respectivas, quais sejam: (a) Atestado de Capacidade Técnica, nos termos do item 9.30.1 ; (b) Cópia do Alvará de Funcionamento, nos termos do item 9.30.4. ; (c) Atestados de Vistoria Técnica (Anexo V) do Edital OU Declaração de não realização da Visita de Vistoria Técnica (Anexo VI), nos termos do item 9.30.6.; (d) Prova de atendimento aos requisitos relativos a armazenamento mínimo de CLASSE V, nos termos do item 9.30.7.; (e) Licença Ambiental da Atividade de Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos no Âmbito do Estado do Rio de Janeiro, emitida pelo INEA, nos termos do item 9.30.8.; (f) Laudo de exigências e o certificado de aprovação do Corpo de Bombeiros (exclusivo para fornecimento dos itens referentes ao GLP), nos termos do item 9.30.9.; (g) Declaração de Ciência da apresentação de comprovante na entrega do objeto da qualificação do motorista no Curso de Movimentação de Produtos Perigosos - MOPP ou similar - Anexo VIII do Edital, nos termos do item 9.30.5.

9.30.11. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.31. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.32. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.33. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.34. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.35. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 9.300.565,90 (nove milhões trezentos mil quinhentos e sessenta e cinco reais e noventa centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I

~~Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato~~

~~(Contratações de pequeno valor – art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)~~

~~OU~~

~~(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor – art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)~~

~~1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO~~

~~1.1. O adjudicatário terá o prazo de, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato [Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização] OU [constante deste Anexo], sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.~~

~~1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela~~

~~Administração:~~

~~1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:~~

~~1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;~~

~~1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no **Edital** **OU** na **Autorização de Contratação Direta e/ou no Aviso de Dispensa Eletrônica**, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).~~

~~2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO~~

~~2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.~~

OU

~~2.3. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021. [A1]~~

~~2.4. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin) [A2].~~

~~2.5. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.~~

~~2.6. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.~~

~~2.7. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.~~

OU

~~2.8. O prazo de vigência da contratação é de (máximo de um ano) contados do(a) (data da ocorrência da emergência ou da calamidade), improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021 [A3].~~

~~3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE~~

~~3.1. São obrigações do Contratante:~~

~~3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;~~

~~3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;~~

~~3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;~~

~~3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;~~

~~3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;~~

~~3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;~~

~~3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;~~

~~3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.~~

~~3.1.8.1. A Administração terá o prazo de **XXXXXXXX**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. [A4]~~

~~3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **XXXXXXXX**. [A5]~~

~~3.1.10. **Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.** [A6] [A7]~~

~~3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.~~

~~4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO[A8]~~

~~4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:~~

~~4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada[A9];~~

~~4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;~~

~~4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;~~

~~4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;~~

~~4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A10]~~

~~4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;~~

~~4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:~~

~~4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;~~

~~4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;~~

~~4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;~~

~~4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e~~

~~4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;~~

~~4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;~~

~~4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.~~

~~4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.~~

~~4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;~~

~~4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;~~

~~4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;~~

~~4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;~~

~~4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;~~

~~4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;~~

~~4.1.17. **Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das**~~

~~obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;~~

~~4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;~~

~~4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.~~

~~4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.~~

~~4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.[A11];~~

~~4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho.[A12];~~

~~4.1.23. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;~~

~~4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;~~

~~4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;~~

~~4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.~~

~~5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL~~

~~5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.~~

~~5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.~~

~~5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:~~

~~— 5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e~~

~~— 5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.[A13]~~

OU

~~5.4. A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.[A14]~~

~~5.5. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.[A15].~~

~~— 5.5.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo;~~

~~5.6. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.~~

OU

~~5.7. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133 /2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes.[A16] contraentes.~~

~~5.8. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.~~

~~— 5.8.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.~~

~~— 5.8.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.~~

~~— 5.8.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.~~

~~5.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:~~

~~5.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;~~

~~5.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;~~

~~5.9.3. Indenizações e multas;~~

~~5.10. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.~~

~~5.11. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.~~

~~6. DOS CASOS OMISSOS~~

~~6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.070, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A17]~~

~~7. ALTERAÇÕES~~

~~7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.~~

~~7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A16]~~

~~7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.~~

~~7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~8. FORO~~

~~8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.~~

14. ANEXO II

~~TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]~~

~~Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital OU Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.~~

~~Local UF, de de 20....~~

~~(Nome e Cargo do Representante Legal)~~

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCO AURELIO KUSTER DE PAULA

Chefe do Escalão Logístico do Comando da 1ª Região Militar

Despacho: APROVO o presente Termo de Referência que contém todas as informações necessárias para eventual Aquisição de GLP, conforme condições, quantidades e exigências estipuladas.

FRANCISCO PAULO DE SANTANA JUNIOR

Ordenador de Despesas do Comando da 1ª Região Militar